

## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA CONTÁBIL

Pelo presente instrumento particular, de um lado, a empresa **MAZUR CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR**, estabelecida em Curitiba, PR, na Rua Sete de Setembro, nº 3815, loja 17, bairro Rebouças, no município de Curitiba/Pr, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.458.371/0001-35, neste ato representada por seu responsável técnico Fernando Luis Mazur, inscrito no Conselho Regional de Contabilidade sob nº PR-45.321/O-0, doravante denominada **CONTRATADA**, e, de outro lado, a entidade **ASSOCIAÇÃO DA IMACULADA VIRGEM MARIA**, inscrita no CNPJ sob nº 80.637.838/0001-20, com sede na Rua Martim Afonso, nº 575, bairro Mercês, na cidade de Curitiba – PR, CEP: 80.140-060, neste ato representada por sua representante legal, **Deonisia Diadio**, presidente da Associação, portadora da cédula de identidade nº 5.042.917-2, inscrita no CPF/MF sob nº 757.397.719-00, domiciliada no endereço acima, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, resolvem e firmam o presente **Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Contábil**, contrato este que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O objeto deste contrato consiste na “Prestação de Serviços de Auditoria Contábil”, para a **CONTRATANTE** a qual a **CONTRATADA** se obriga a realizar:

- a. Auditoria sobre as movimentações financeiras e dos saldos contábeis apresentados no balanço encerrado em 31 de dezembro de 2025.
- b. Verificação do atendimento das normas contábeis emanadas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, notadamente a ITG 2002(R1) e demais normas quando aplicáveis.
- c. Revisão do atendimento das normas de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEBAS, notadamente a Lei Complementar no 187/21.
- d. Ao final dos trabalhos serão emitidos relatórios, sendo acerca das eventuais irregularidades constatadas e será apresentado somente para administração Parecer dos Auditores para efeitos legais.

§ 1º. Os trabalhos de revisão das contas do exercício serão programados em conjunto com a administração da entidade contratante, sendo que o prazo máximo previsto para entrega dos Relatórios será de 30 (trinta) dias após o fechamento do Balanço de 2025.

§ 2º. A elaboração dos relatórios será realizada nas dependências da CONTRATADA.

§ 3º. Os relatórios serão apresentados e entregues à entidade contratante em datas previamente agendadas e acordadas entre as partes.

§ 4º. Os trabalhos objeto deste contrato serão executados pelo auditor Sr. Nelson Ribeiro Machado, profissional devidamente qualificado e registrado no órgão de classe competente.

§ 5º. Eventuais substituições do responsável técnico deverão ser previamente comunicadas à entidade contratante, garantindo-se que o substituto possua qualificação equivalente para a execução dos serviços.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Para execução dos trabalhos objeto deste contrato, estima-se a utilização de 250 (duzentas e cinquenta) horas técnicas de trabalho. O valor unitário da hora técnica está fixado em R\$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais), totalizando o montante global de R\$ 41.250,00 (quarenta e um mil, duzentos e cinquenta reais).

§ 1º. O pagamento será realizado em 12 (doze) parcelas mensais iguais e consecutivas no valor de R\$ 3.437,50 (três mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) cada, mediante apresentação de Nota Fiscal. Sendo que a primeira parcela vencerá no ato de assinatura do presente contrato, e as demais terão vencimento a cada 30 (trinta) dias subsequentes.

§ 2º. As despesas decorrentes de viagens necessárias fora da sede da entidade contratante, incluindo: Transporte; Hospedagem; Refeições; serão de responsabilidade da CONTRATANTE, mediante apresentação de comprovantes fiscais idôneos.

§ 3º. Qualquer pagamento devido à CONTRATADA pela CONTRATANTE será efetivado via depósito em conta corrente bancária da CONTRATADA, a saber: Caixa Econômica Federal, agência 0374, c/c 578497625-3. O recibo de depósito bancário efetuado pela CONTRATANTE será considerado como prova de quitação do respectivo pagamento. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE a competente e correspondente Nota Fiscal de Prestação de Serviços para sua conferência e aprovação. Para pagamento nas datas mencionadas acima, a nota fiscal deverá ser enviada com antecedência para a CONTRATANTE, observada suas normas procedimentais.

§ 4º. Para a execução dos trabalhos em Curitiba, não serão repassados custos adicionais de despesas. Trabalhos realizados na região metropolitana de Curitiba serão cobrados valor correspondente ao quilômetro rodado nos casos de deslocamentos entre as sedes das partes.

§ 5º. Havendo atraso no pagamento, será aplicado sobre os valores em atraso multa de 2% (dois por cento), acrescidos de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

§ 6º. Todos os tributos, taxas, seguros, contribuições previdenciárias e quaisquer outros incidentes ou que venham a incidir sobre esta prestação de serviço, estão incluídas no preço e serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária, sem direito a

reembolso. A CONTRATANTE, quando fonte retentora, descontará e recolherá, nos prazos da lei, dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente.

§ 7º. A CONTRATANTE poderá a qualquer momento suspender o pagamento de honorários, e mesmo não os realizar, se verificar que os serviços contratados não foram executados.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O prazo de vigência do presente contrato observará o cronograma dos trabalhos de auditoria, que se inicia no término do balanço de 2025, finalizando em até 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA QUARTA:** O presente Contrato poderá ser rescindido, de pleno direito e imediatamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos, além dos demais que estejam expressamente nele previstos:

- a) se qualquer das Partes requerer recuperação judicial ou extrajudicial, ou autofalência, se deixar de elidir, no prazo legal, pedido de falência contra ela ajuizado, ou se for liquidada por decisão voluntária ou legal;
- b) caso uma das Partes descumpra qualquer das disposições do presente Contrato.

§ 1º. O presente contrato poderá, ainda, ser resilido unilateralmente, por quaisquer das PARTES, a qualquer tempo, sem qualquer indenização, bastando para tanto que a parte interessada notifique, por escrito, a outra, via correio ou e-mail, com 30 (trinta) dias de antecedência.

§ 2º. Na ocorrência de alguma das hipóteses previstas acima, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os Serviços efetivamente executados. Caso os pagamentos realizados pela CONTRATANTE superem os serviços efetivamente prestados pela CONTRATADA, esta realizará a devolução dos valores pagos, assim como, se constatado que os serviços realizados pela CONTRATADA superam o valor já quitado pela CONTRATANTE, esta deverá complementar o pagamento dos valores devidos, devidamente corrigidos até a data do efetivo pagamento, a ocorrer em até 15 (quinze) dias após a rescisão.

**CLÁUSULA QUINTA:** São deveres, obrigações e responsabilidade da CONTRATADA:

- I. Desempenhar os serviços ora contratados com todo zelo, sigilo, diligência e honestidade, observada a legislação vigente, resguardando os interesses da CONTRATANTE, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais, sujeitando-se, ainda, às normas do Código de Ética Profissional do Contabilista, aprovado pela Resolução nº 803/96 do Conselho Federal de Contabilidade.
- II. Ser responsável por todos os prepostos que atuarem nos serviços ora contratados.

- III. Utilizar-se sempre, de profissionais habilitados para o exercício de suas funções, sendo os responsáveis com formação de nível superior a serem comprovadas para a CONTRATANTE, possuindo os quadros de gerência e direção conhecimentos no 3º setor.
- IV. Fornecer a CONTRATANTE, dentro do horário normal de expediente, todas as informações relativas ao andamento dos serviços ora contratados.
- V. Respeitar e observar a cultura organizacional de maneira a garantir a integridade dos trabalhos e o meio ambiente do grupo CONTRATANTE.
- VI. A CONTRATADA não poderá transferir, ceder, parcial ou totalmente, o presente contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual, independentemente de aviso prévio.
- VII. A CONTRATADA em conjunto com a CONTRATANTE desenvolverá o cronograma das principais atividades que fazem parte da cláusula primeira deste instrumento, os quais devem ser atendidos, salvo ajustes de datas e prazos os quais poderão ser alterados, desde que com a anuência de ambas as partes.
- VIII. A total responsabilidade pelos atos e/ou omissões praticados por seus empregados/prepostos, bem como pelos danos de qualquer natureza que venham a sofrer ou causar para a CONTRATANTE e seus clientes ou terceiros em geral, em decorrência da prestação dos serviços prestados neste contrato.
- IX. A responsabilidade única e exclusiva por qualquer espécie de indenização pleiteada por seus empregados/prepostos, principalmente no tocante a reclamações trabalhistas e acidentes do trabalho.
- X. Respeitar, durante a execução deste Contrato, caso seja necessário sua presença nas dependências da CONTRATANTE, as normas e procedimentos laborais a fim de manter a segurança, harmonia e respeito com os colaboradores desta

**CLÁUSULA SEXTA:** São deveres, obrigações e responsabilidades da CONTRATANTE:

- I. Fornecer à CONTRATADA todos os dados, documentos e informações existentes e relevantes para o desenvolvimento da auditoria, em tempo hábil, não cabendo a CONTRATADA qualquer responsabilidade se fornecidos a destempo.
- II. Garantir todas as condições necessárias ao desenvolvimento dos serviços ora ajustados, inclusive autorizando o acesso ao local de trabalho, de forma a evitar perda de tempo por espera.
- III. Solucionar com precisão e dentro do menor prazo possível às dúvidas e situações adversas encontradas pela CONTRATADA.

- IV. Efetuar os pagamentos nas datas dos respectivos vencimentos, observadas as condições contratuais.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Nenhuma das disposições do presente Contrato constituirá uma relação de sociedade entre as Partes, ou uma Parte como agente da outra para todos os fins. Nenhuma das Partes terá autoridade ou poder para, de qualquer forma ou qualquer fim, agir em nome da outra ou vincular e criar responsabilidades para a outra.

§ 1º. Nenhuma das condições deste Contrato deve ser entendida, em hipótese alguma, como meio para constituir vínculo empregatício entre a CONTRATANTE e os funcionários da CONTRATADA e vice-versa, bem como para constituir qualquer forma de sociedade, joint venture ou relação de parceria entre as Partes, sendo cada uma das Partes, única, integral e exclusivamente responsável por seus atos e obrigações.

§ 2º. O objeto deste contrato não implica em nenhum vínculo empregatício entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, razão pela qual cada parte assumirá, isolada e exclusivamente, toda e qualquer responsabilidade pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus respectivos profissionais.

§ 3º. Na hipótese de vir a CONTRATANTE a ser acionado perante o Poder Judiciário, ou mesmo extrajudicial, reclamando vínculo empregatício em face deste contrato, a CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto a possíveis indenizações, custas judiciais e honorários advocatícios, excluindo a CONTRATANTE, se possível, ainda no transcorrer da fase extrajudicial ou durante a reclamação trabalhista.

**CLÁUSULA OITAVA:** Para os fins deste contrato, consideram-se “Informações Confidenciais” todas e quaisquer informações, documentos, dados, planilhas, materiais, processos, modelos de negócio, planejamentos, sistemas, plataformas, apresentações, relatórios e congêneres, verbais ou escritos, em meio físico ou eletrônico, de natureza técnica, econômica, financeira, comercial, estratégica, jurídica, contábil ou qualquer outra, divulgadas por uma das partes (“Parte Reveladora”) à outra parte (“Parte Receptora”) no contexto deste contrato, ou de qualquer outra forma adquiridas pela Parte Receptora em razão deste contrato.

§ 1º. Todas as informações que forem reveladas à CONTRATADA, ou as quais tiver acesso em razão das atividades a serem desenvolvidas em decorrência do objeto do presente contrato, serão tratadas como confidenciais e não serão reveladas, ou mesmo tornadas disponíveis pela CONTRATADA, direta ou indiretamente a terceiros.

§ 2º. A CONTRATADA deve se abster de fazer fotocópias ou quaisquer reproduções magnéticas, eletrônicas e/ou digitais, das informações recebidas, exceto em caso de prévia e expressa autorização dada pela CONTRATANTE.

§ 3º. A CONTRATADA utilizará as informações, apenas e tão-somente, no desempenho das obrigações assumidas com a CONTRATANTE, sendo responsável pela manutenção do sigilo e confidencialidade das mesmas, devendo, para tanto, inclusive, adotar todas as medidas possíveis para prevenir a divulgação das informações recebidas.

§ 4º. A obrigação de confidencialidade ora estabelecida não se aplicará a informações que (i) estejam sob domínio público no momento da celebração deste contrato, ou que venham a se tornar de domínio público após a celebração deste contrato sem que haja uma violação da Parte Receptora das obrigações aqui previstas; (ii) sejam recebidas de boa-fé pela Parte Receptora de um terceiro não obrigado a manter confidencialidade; (iii) a Parte Receptora seja obrigada a divulgar por lei, por ordem de agência ou órgão governamental, ou por determinação administrativa ou judicial, obrigando-se a Parte Receptora, nesse caso, a prontamente notificar a Parte Reveladora, para que esta possa, às suas expensas, tomar eventuais medidas cabíveis, e a divulgar tão somente a porção da Informação Confidencial estritamente necessária para o cumprimento da referida lei, ordem ou determinação em questão.

§ 5º. Mediante solicitação da CONTRATANTE a qualquer tempo, ou ao término da vigência do presente contrato, a CONTRATADA devolverá à CONTRATANTE de imediato, todo o material confidencial, bem como todos os documentos, registros e dados que estiverem em seu poder, incluindo-se, mas não se limitando, as chaves, senhas, passes, cartões magnéticos, disquetes, arquivos, anteprojetos, projetos, desenhos, manuais, cartas, memorandos, notas, cadernos, relatórios, documentos e papéis impressos, sob pena de caracterizar apropriação indevida de bens patrimoniais da Parte Reveladora.

§ 6º. A obrigação de confidencialidade permanecerá em pleno vigor e efeito durante toda a vigência deste contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos após o seu término, seja qual for o motivo.

§ 7º. Apenas mediante prévia e expressa aprovação dos materiais pela Diretoria e pelo setor de Comunicação e Marketing da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá utilizar o nome ou a logomarca da CONTRATANTE para divulgação em qualquer entrevista, material promocional, site, redes sociais ou outros veículos similares.

**CLÁUSULA NONA:** As partes declaram estar cientes e de acordo em pautar seus negócios baseados em princípios de honestidade, integridade, legalidade e ética, garantindo total transparência da operação e respeito às pessoas, organizações, meio ambiente, normas de conduta e confidencialidade aplicáveis a este contrato e seus desdobramentos.

§ 1º. As partes também registram o compromisso recíproco no que diz respeito ao cumprimento das normas de anticorrupção, em especial a Lei nº 12.846/2013, que estabelece proibições de prática de suborno por seus representantes ou por terceiras pessoas a eles relacionadas, tendo como alvos funcionários da administração pública nacional ou estrangeira, empresas privadas ou indivíduos, independentemente do valor envolvido, não efetuando qualquer tipo de pagamento, dação, doação, presente, entretenimento, transporte, patrocínio, doação beneficente dentre outros que possam ser caracterizados como subornos, propinas ou ainda prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente qualquer vantagem indevida para garantir negócios com as empresas envolvidas neste contrato.

§ 2º. Sem prejuízo das demais disposições deste contrato, em caso de ocorrência ou fundada suspeita de ocorrência de qualquer ato ou omissão, praticado por qualquer das partes ou de seus respectivos representantes, que possa configurar uma violação às disposições desta Cláusula ou das Leis Anticorrupção Aplicáveis, as partes se comprometem a notificar prontamente a outra parte sobre tais fatos, indicando as medidas adotadas de forma a corrigir a eventual violação ocorrida.

§ 3º. Diante do descumprimento do disposto nesta cláusula, a parte prejudicada poderá pleitear indenização pelos danos causados pela outra parte.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** No que se refere à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), as partes pactuam o que segue:

I. Proteção de dados e cumprimento da Lei 13.709/2018. As Partes, por si, por seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que por sua determinação participem da prestação de serviços objeto desta relação, comprometem-se a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados pessoais a que tiverem acesso durante a relação contratual, bem como a cumprir as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD). Cada Parte será individualmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da LGPD e das regulamentações emitidas posteriormente pela autoridade reguladora competente.

I.I As Partes declaram que mantêm políticas de governança corporativa relacionadas à privacidade e proteção de dados pessoais, com medidas protetivas para mitigar riscos de contingenciamento de incidentes e eventual punição para casos de violações às obrigações legais, conforme preceitua o art. 50 da LGPD.

II. Regularidade da coleta. Cada uma das Partes deverá garantir que quaisquer dados pessoais que forneça à outra Parte tenham sido obtidos de acordo com as regras previstas

na LGPD, sendo da Parte Controladora a responsabilidade pela obtenção e controle das autorizações e/ou consentimentos necessários junto aos titulares dos dados.

III. Tratamento de dados. De acordo com o que determina a Lei Geral de Proteção de Dados, as Partes obrigam-se a tratar os dados pessoais a que tiverem acesso unicamente para os fins e pelo tempo necessários para o cumprimento das suas obrigações e para a adequada execução do objeto contratual ou, ainda, com fundamento em outra base legal válida e específica.

III.I. As Partes concordam e assumem que, ao executar atividades de tratamento que não tenham relação direta com o objeto deste contrato e que visem atender a objetivos/finalidades específicas de uma das Partes, a referida parte assumirá o papel de controlador singular e, conseqüentemente, será o responsável pelas atividades de tratamento e possíveis ônus a elas atreladas

III.II Tratar apenas os dados pessoais mínimos definidos como relevantes e necessários para a execução do objeto deste instrumento.

III.III Cada uma das Partes assumirá a responsabilidade por qualquer prejuízo que a outra Parte venha a incorrer em consequência do tratamento, realizado pela Parte infratora e/ou seus sócios/acionistas, representantes legais, colaboradores, prepostos, consultores, contratados, diretores, representantes ou quaisquer outras pessoas físicas ou jurídicas sob sua responsabilidade, direta ou indireta, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

IV. Segurança e boas práticas. Cada uma das Partes também deverá adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observada a natureza dos dados tratados.

V. Monitoramento da conformidade. Cada uma das Partes compromete-se a acompanhar e monitorar a conformidade das suas práticas, assim como as dos seus suboperadores e quaisquer terceiros, com as obrigações de proteção dos dados pessoais previstas neste instrumento, e deverá, quando necessário, fornecer à outra Parte as informações pertinentes para fins de comprovação destes controles.

V.I As Partes reconhecem e acordam que, com relação as atividades de tratamento de dados pessoais presentes neste contrato, atuam em regime de controladoria conjunta, havendo compartilhamento mútuo e decisões conjuntas e comuns.



- VI. Propriedade dos dados. O presente instrumento não modifica ou transfere a propriedade ou o controle sobre os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito deste instrumento.
- VI.I Deverá ser restringido o tratamento dos dados pessoais, objeto desta relação contratual, exclusivamente, aos sócios/acionistas, representantes legais, colaboradores, prepostos, consultores, contratados, diretores, representantes ou quaisquer outras pessoas físicas ou jurídicas sob sua responsabilidade, direta ou indireta, necessários à execução do objeto deste instrumento, assegurando que quaisquer pessoas que não estejam vinculadas não tenham acesso a tais informações.
- VII. Comunicação. Cada uma das Partes obriga-se a comunicar à outra, no prazo de até 36 (trinta e seis) horas, contados do conhecimento do fato, qualquer descumprimento das obrigações previstas neste instrumento, assim como qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante à outra Parte, aos dados pessoais e/ou aos seus titulares, mencionando no mínimo o seguinte: i) a descrição da natureza dos dados pessoais afetados; ii) as informações sobre os titulares envolvidos; iii) a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial; iv) os riscos relacionados ao incidente; v) os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e vi) as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.
- VIII. Cooperação. As Partes comprometem-se a cooperar mutuamente, fornecendo informações e adotando outras medidas razoavelmente necessárias com o objetivo de auxiliar a outra Parte no cumprimento das suas obrigações de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados.
- IX. Devolução/Eliminação dos Dados. Cada Parte se compromete ainda, nas hipóteses de rescisão contratual, por qualquer motivo, ou por solicitação da outra Parte, a devolver ou eliminar, conforme o caso e mediante comprovação da providência, todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, salvo se houver base legal válida e específica para manutenção de determinadas informações.
- X. Para fins de aplicação da Lei 13.709/2018 ao presente instrumento, consideram-se:
- a) Titular dos Dados: é a pessoa natural (ou física) que terá seus dados coletados pela CONTRATANTE e eventualmente apresentados a tratamento para CONTRATADA nas hipóteses do artigo 7º da mencionada lei.

b) Controlador: a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, especialmente relativas às finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais

c) Operador: parte que trata dados pessoais de acordo com as instruções do Controlador;

d) Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** Caso qualquer dos termos, cláusulas ou compromissos previstos neste contrato venham a se tornar ineficazes ou inexequíveis, tal fato não afetará a validade ou a exequibilidade das demais, que devem ser cumpridas fielmente pelas partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** Ficam fazendo parte do presente instrumento todos os documentos solicitados à CONTRATADA, sendo que qualquer alteração dos atos constitutivos ou sobre a não manutenção da regularidade profissional, ética ou fiscal deverão ser imediatamente comunicados por este à CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Qualquer tolerância das partes em relação às cláusulas e condições no presente instrumento não importarão em precedente, renovação ou alteração, ou renúncia de possível direito, cujos termos continuarão exigíveis a qualquer tempo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** O presente Contrato somente poderá ser alterado mediante Termo Aditivo, desde que haja acordo entre as partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** O presente contrato revoga e substitui qualquer outro contrato formalizado ou não entre as partes e seus sócios, envolvendo o mesmo objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:** Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, as partes elegem o foro da comarca de Curitiba, estado do Paraná.

E, por assim estarem certas e ajustadas, as partes firmam o presente instrumento de Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Contábil em duas (02) vias de igual teor e forma, para que

surta um único efeito, obrigando-se por si, herdeiros e sucessores a cumpri-lo e respeitá-lo, na presença de duas testemunhas.

Curitiba, 15 de agosto de 2025.

---

CONTRATANTE

---

CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

---

Nome:

CPF:

---

Nome:

CPF: